ARTIGO

http://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33232754

PSICOLOGIA NOS CRAS: UMA ANÁLISE DO DISSENSO E DOS PROCESSOS DE COLETIVIZAÇÃO

PSICOLOGÍA EN LOS CRAS: UN ANÁLISIS DE LOS PROCESOS DE DISENSIÓN Y COLECTIVIZACIÓN

PSYCHOLOGY IN BRAZIL'S SOCIAL ASSISTENCE REFERENCE CENTERS (CRAS): AN ANALISIS OF DISSENSE AND COLLECTIVIZATION PROCESSES

Kátia Maheirie[1], **Paulo Ricardo de Araújo Miranda**[1], **Bader Burihan Sawaia**[2] e **Lupicinio Iñiguez-Rueda**[3]

[1]Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, Brasil

[2]Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil

[3]Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, Espanha

RESUMO: O presente trabalho busca analisar os modos como se organizam os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), a partir de experiências coletivas e práticas comunitárias realizadas pelas equipes-território, destacando os processos de dissensos e consensos nas relações de trabalho. Metodologicamente, com base na análise de discurso, foram realizadas coletivamente 14 entrevistas semiestruturadas com cada equipe dos CRAS de dois estados da macrorregião sul do Brasil. Os resultados apontam que trabalhar as divergências internas sem tentar homogeneizá-las, compondo práticas transdisciplinares e horizontalizantes, se mostrou um modo potente de organização das equipes de trabalho. Ademais, foi relatado também a potência na produção dos fazeres de territorialização, com e a partir do território, por meio de seus significantes e possibilidades singulares. Finalmente, apontam-se as práticas comunitárias com grupos e coletivos nos CRAS como um dos vetores potentes no enfrentamento ao sofrimento ético-político produzido pelas desigualdades sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia; CRAS; Experiências Coletivas; Processos Democráticos.

RESUMEN: El presente trabajo busca analizar las formas en que se organizan los Centros de Referencia de Asistencia Social (CRAS), a partir de experiencias colectivas y prácticas comunitarias realizadas por los equipos del territorio, destacando los procesos de desacuerdos y consensos en las relaciones laborales. Metodológicamente, con base en el análisis del discurso, se realizaron colectivamente 14 entrevistas semiestructuradas con cada equipo de los CRAS de dos estados del macrorregión sur del Brasil. Los resultados muestran que trabajar las diferencias internas sin tratar de homogeneizarlas, componiendo prácticas transdisciplinarias y horizontales, resultó ser una forma poderosa de organizar equipos de trabajo. Además, también se informó del poder en la producción de actividades de territorialización, con y desde el territorio, a través de sus significantes y posibilidades singulares. Finalmente, las prácticas comunitarias con grupos y colectivos en los CRAS se señalan como uno de los vectores poderosos para enfrentar el sufrimiento ético-político que producen las desigualdades sociales.

PALABRAS CLAVE: Psicología; CRAS; Experiencias colectivas; Procesos Democráticos.

ABSTRACT: This paper analyzes the ways through which the Social Assistance Reference Centers (CRAS) is organized, based on collective experiences and community practices carried out by the territory-teams, highlighting the processes of dissent and consensus in working relations. Methodologically, based on discourse analysis, 14 semi-structured interviews were conducted collectively with each CRAS team from two states of the Brazilian southern region. The results indicate that working internal differences without trying to homogenize them, composing transdisciplinary and horizontal practices, proved to be a powerful way of organizing the work teams. Besides, the power in the production of territorialization actions, with and from the territory, was also reported through its significant and singular possibilities. Finally, the community practices with groups and collectives in CRAS are pointed as one of the potent vectors in facing the ethical-political suffering produced by social inequalities.

KEYWORDS: Psychology; CRAS; Collective Experiences; Democratic Processes.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

Introdução

"a batalha a respeito das palavras é indissociável da batalha a respeito das coisas."
(Rancière, 2014a, p. 117)

Segundo informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2019, o 1% mais rico da população brasileira recebia em média 28.659,00 reais mensalmente, enquanto o 50% mais pobre recebia aproximadamente 850,00 reais por mês (menos do que o salário mínimo instituído na época). Ou seja, em 2019 o 1% mais rico da população brasileira recebia em média 33,7 vezes mais do que o 50% mais pobre (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2020). Dentro desse cenário marcadamente desigual, faz-se importante frisar que a estruturalidade das desigualdades no Brasil se objetiva em sujeitos de "carne e osso" (Cruz, Minchoni, Matsumoto, & Andrade, 2017), isto é, marcados por suas identidades étnico-raciais e de gênero. Nesse sentido, de acordo com a PNAD para o mesmo período anual de 2019, no que tange à branquitude (Schucman, 2014), o rendimento das pessoas brancas (R$ 2.999) foi 29,9% superior à média nacional (R$ 2.308), enquanto os rendimentos das pessoas pardas (R$ 1.719) e pretas (R$ 1.673) foram, respectivamente, 25,5% e 27,5% inferiores à média nacional; por sua vez, quanto à configuração sexista da sociedade brasileira (Bairros, 1995), o rendimento mensal dos homens (R$ 2.555) foi 28,7% mais alto que o das mulheres (R$ 1.985) na média brasileira (IBGE, 2020).

Potencializadas com o fim do ciclo autocrático-burguês e inseridas em um cenário altamente desigual, as práticas da psicologia comprometidas com a superação do sofrimento ético-político (Sawaia, 1999) ganham força no Brasil após a promulgação da Constituição Cidadã em 1988. A despeito de ainda manter certas características conservadoras, como, por exemplo, a militarização da segurança pública (Cruz et al., 2017), a nova Constituição representou um avanço significativo em muitos aspectos, principalmente, no que se refere à busca pela garantia plena dos direitos humanos através das Políticas Públicas (Yamamoto & Oliveira, 2010).

Dentre os mecanismos de proteção social não contributivos, destaca-se a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, o qual se caracteriza pela oferta dos serviços de modo contínuo e sistemático por meio de um modelo integrado de rede, e que, além disso, configura-se por intervenções com enfoques nas famílias e nos territórios (Cordeiro, 2018). Tipificado como responsável pela Proteção Social Básica (PSB) e de caráter preventivo às situações de violência e rompimentos de vínculos familiares, os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) têm possibilitado à psicologia uma inserção profissional de ampla abrangência e capilaridade no território nacional. De acordo com o Censo SUAS 2019, divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2020), a quantidade de CRAS no Brasil em 2019 era de 8.357 unidades (empregando 10.692 pessoas psicólogas), sendo que, considerando somente a macrorregião Sul do Brasil, área de pesquisa do presente trabalho, a cobertura era de 18,3% desses equipamentos em relação ao total nacional.

Concebido por Andrade e Romagnoli (2010) como um "espaço de encontros e de acontecimentos singulares" (p. 616), as atuações da psicologia nos CRAS ainda carecem de marcos teóricos sólidos e contra-hegemônicos, visto que ainda se fazem presentes nesses equipamentos práticas que adotam formas individualizantes e particularistas de

intervenção, ancoradas em lógicas patologizantes e psicologizantes, idiossincráticas ao modelo tradicional, liberal e privado no qual historicamente forjaram-se os saberes *psi* (Arndt & Maheirie, 2017). Todavia, apontam-se a Psicologia Social e a Psicologia Política como campos epistêmicos potentes para uma práxis de caráter não adaptador que opere no sentido da inclusão das narrativas dos oprimidos, compreendendo-os, portanto, como sujeitos epistêmicos. Nesse sentido, ainda que a "questão social" seja estrutural às contradições capitalistas (Oliveira, 2017), faz-se importante que as equipes pautem o enfrentamento às desigualdades sociais como horizonte ético-político de intervenção, isto é, na articulação dos seus modos de pensar e de fazer tendo em vista a ampliação da autonomia e da potência de vida, tanto das famílias (em suas múltiplas configurações possíveis), quanto das comunidades e dos sujeitos (Macêdo, Alberto, Santos, Souza, & Oliveira, 2015). O que significa ampliar, portanto, a escuta das pessoas que foram sistematicamente empobrecidas para além da incapacidade e da dependência.

Doravante, em contraposição às concepções hegemônicas da palavra "margem", em que se busca estetizar a pobreza (Soares & Liesenberg, 2007) através de operações que reificam discursivamente lugares de subalternidade por meio de abordagens simplistas, reducionistas e naturalizantes, o presente trabalho busca operar com o termo "margem" em um sentido radicalmente distinto. Tal utilização pode ser compreendida por um duplo, visto que, primeiro, está em consonância com a concepção de "parcela dos sem-parcela" de Rancière (1996), isto é, pautada na invisibilização e silenciamento de determinados segmentos sociais por meio de um dado ordenamento estético do sensível; e segundo, pelo conceito de "inclusão perversa", como analisa Sawaia (1999), a qual aponta o capitalismo como intrinsecamente marcado pelo paradoxo efetuador de subcidadania em que, através da dialética da exclusão/inclusão, exclui economicamente do sistema produtivo para incluir ilusoriamente no corpo social. Nesse sentido, os CRAS devem compor saídas inventivas e coletivas, tanto de enfrentamento às situações de pobreza-vulnerabilidade quanto de produção de atos de resistência-criação por meio do fortalecimento de vínculos e recrudescimento das coletividades.

Ainda que permeada por contradições, a instituição dos CRAS representa um avanço no acesso aos direitos antes negligenciados, pois, como apontam Gomes, Andrade e Maheirie (2017) com relação ao histórico clientelista, filantrópico e primeira-damista que marca o "tratamento dado aos pobres" pela Assistência Social, "a implantação do SUAS vem gerando rompimentos com aquilo que estava convencionado historicamente em torno do tratamento à pobreza" (p. 16).

Com base em entrevistas realizadas com profissionais dos CRAS de dois municípios distintos da macrorregião Sul do Brasil, o presente trabalho objetiva analisar as produções discursivas por meio dos enunciados das pessoas profissionais dos CRAS (assistentes sociais e psicólogas), a fim de refletir sobre os avanços e as limitações que as equipes vêm experienciando no campo das ações com grupos e coletivos. Nesse sentido, com o intuito de contribuir com novos marcos teóricos para a psicologia que se insere e se produz no cotidiano desses equipamentos de proteção social básica, questiona-se: quais as relações entre os modos de se nomear (processos de significação) e as articulações contra-hegemônicas? Quais são os conceitos-ferramenta que podem auxiliar as equipes dos CRAS nos processos de coletivização das demandas nos territórios? Da democracia que temos à democracia que queremos, seriam as "margens" (parcela dos sem-parcela) lugares centrais aos processos democráticos de superação da inclusão perversa?

Fundamentação teórica

Jacques Rancière e o Sensível: como se (des)organizam os lugares e as funções em um dado campo da experiência?

Quais os princípios que fundamentam o *continuum* que delimita a ordem do governo e a ordem da sociedade? Como sinaliza Rancière (2014a), "a *arkhé* é o comando do que começa, o que vem primeiro. É a antecipação do direito de comandar no ato do começo e a verificação do poder de começar no exercício do comando" (p. 53). Com base no exemplo da sociedade ateniense, de onde parte Rancière (2014a), sete títulos (*arkhés*) distribuem esteticamente os corpos no espaço sensível dessa comunidade, quatro deles são relativos ao nascimento, isto é, "o poder dos pais sobre os filhos, dos velhos sobre os jovens, dos mestres sobre os escravos ou das pessoas bem-nascidas sobre os sem-nada" (Rancière, 2014a, p. 54). Dois deles são relativos à "lei da natureza", traduzidas como, primeiro, o controverso poder do mais forte sobre o mais fraco e, segundo, a virtude (*areté*), poder dos sábios sobre os ignorantes. Por fim, o sétimo título, e o mais transgressor, é "a escolha do deus acaso, o sorteio, que é o procedimento democrático pelo qual um povo de iguais decide a distribuição dos lugares" (Rancière, 2014a, p. 55). Justamente pelo fato do sétimo título ser um não-título, inerradicável das sociabilidades humanas ocidentais, que se institui o escândalo da desmedida democrática, ou seja, a superioridade na qual repousa o sétimo título se embasa precisamente na ausência de qualquer superioridade.

Evidentemente, as qualidades dos princípios organizadores (*arkhés*) da sociedade brasileira são distintos dos critérios de governabilidade exemplificados por Rancière (2014a); contudo, o que se busca elaborar aqui é justamente a ficcionalidade sobre a qual todo e qualquer modo de organização social está fundamentado. Isso significa dizer, portanto, que não há um princípio ordenador universal ou uma verdade pré-discursiva sobre a qual se estruture um dado campo social e suas respectivas distribuições das partes entre as parcelas. Como aponta Rancière (2009, p. 17), "a questão da ficção é antes de tudo uma questão de distribuição dos lugares". A essa operação de delimitação de lugares e funções, ancorada na lógica da governança, Rancière (1996) conceituou como "polícia", a qual significa:

> uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos de fazer, os modos de ser e os modos do dizer, que faz [com] que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído. (p. 42)

A fim de evitar compreensões equivocadas, é importante frisar que o conceito de polícia de Jacques Rancière não se refere à corporação policial do Estado. Inclusive, não carrega em si um teor pejorativo dentro de um suposto esquema maniqueísta entre repressão e liberdade. A polícia é condição *sine qua non* da política, e vice-versa. Para tanto, "o espaço da polícia não é a repressão, tão-pouco o controle [sic] sobre o que está vivo. A sua essência é uma certa partilha do sensível" (Rancière, 2014b, p. 146).

Por "partilha do sensível" podemos entender como "o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas" (Rancière, 2009, p. 15), isto é, a palavra "partilha" funciona

como um duplo paradoxal, visto que pode significar tanto "a divisão das partes entre as parcelas" como também a possibilidade de alguém "tomar parte de algo". Por conseguinte, essa divisão realizada pela lógica policial das partes entre as parcelas apresenta um erro de contagem constitutivo, um dano próprio a todo processo hierarquizador possibilitado pelos jogos de linguagem, que é, há sempre um contingente incontado, há sempre uma parcela dos sem-parcela (Rancière, 1996). Longe de constituírem essências, a parcela dos sem-parcela se dá sempre por meio de uma configuração contingente, historicamente estruturada e discursivamente produzida. Dessa forma, pode-se entender "política" como aquilo que emerge na medida em que esse contingente de incontados produz, por uma série de atos, uma

> manifestação que desfaz as divisões sensíveis da ordem policial ao atualizar uma pressuposição que lhe é heterogênea por princípio, a de uma parcela dos sem-parcela que manifesta ela mesma, em última instância, a pura contingência da ordem; a igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante. (Rancière, 1996, p. 43)

Ou seja, a política, lógica da igualdade, só é possível através dessa produção de cenas litigiosas com a polícia, desse processo de desidentificação e identificação impossível, no qual o dissenso rompe com o ordenamento estético prévio e reconfigura o sensível. Nesse sentido, a igualdade das inteligências dos seres falantes é sempre anterior a toda forma de hierarquização pela desigualdade social, visto que "a própria desigualdade social já a supõe; aquele que obedece a uma ordem deve, primeiramente, compreender a ordem dada e, em seguida, compreender que deve obedecê-la" (Rancière, 1987/2015, p. 11).

Doravante, ancorada na lógica da igualdade sempre capaz de denunciar os danos de uma dada configuração desigual da polícia, optou-se no presente trabalho por denominar como "processo democrático" àquilo que Rancière conceitua como "democracia", já que "a palavra democracia não designa propriamente nem uma forma de sociedade nem uma forma de governo" (Rancière, 2014a, p. 68), mas sim, pode ser compreendida "enquanto ruptura da lógica da *arkhé*, ou seja, da antecipação do comando na sua disposição [isto é,], ela é o próprio regime da política entendida como forma de relação que define um sujeito específico" (Rancière, 2014b, p. 141). Assim, isso que se convencionou chamar de "processo democrático" é sinônimo do conceito de "política", ou seja, é o processo de reconfiguração dos lugares e das funções de uma dada partilha do sensível. Entende-se, portanto, os "processos democráticos" como dispositivos analíticos potentes para refletir sobre os modos como se agenciam e os efeitos que produzem as práticas com grupos e coletivos realizadas pelas equipes-território dos CRAS.

Afetividade em agonismo: como ampliar a participação popular nas decisões que configuram o comum?

Contrariamente às proposições racionalistas, consensuais e neoliberais, Mouffe (2015) aponta que é preciso aprimorar as instituições democráticas para que elas não sucumbam aos regimes autoritários e despóticos. Para tanto, não se pode abrir mão da dimensão afetiva que constituem os encontros e embates políticos, afinal, "emocionar-se é, de acordo com uma visão não dicotomizada do sujeito, uma possibilidade concreta capaz de proporcionar

transformações na história singular e coletiva [da humanidade]" (Maheirie, 2002, pp. 37-38). Isto ocorre, segundo Sawaia (2009), citando Vigotski, porque ninguém pensa e age sem estar emocionado, e é pela afetividade que as pessoas experimentam o mundo, essa é a forma como somos afetados nos encontros cotidianos.

Dessa forma, Mouffe (2015) sinaliza que pode haver perigos nesses encontros caso eles se realizem com base em uma lógica antagonística, isto é, caso as discussões se pautem fundamentalmente na deslegitimação dos adversários e, consequentemente, na tentativa de silenciamento como estratégia política de defesa de um projeto de sociedade. Em contraposição à lógica antagonística, Mouffe (2015) propõe a criação de espaços de participação popular mais sofisticados e abrangentes para realização das decisões políticas, nos quais as argumentações nessas arenas de embate se ancorem substancialmente em uma lógica agonística, isto é, onde a legitimidade do adversário não está em questão e onde se reafirme que existem posições políticas e projetos distintos em debate, seja à esquerda ou à direita. Afinal, "numa democracia pluralista, essas discordâncias não são apenas legítimas, mas também necessárias. Elas fornecem a matéria-prima da política democrática" (Mouffe, 2015, p. 30). Nesse sentido, segundo a autora, não abandonar a divisão de esquerda e direita se faz importante para que não se perca a dimensão coletiva que deve caracterizar esses encontros, principalmente, para que não se institucionalize, em nível de Estado, proposições pautadas nas lógicas individualistas e neoliberais de participação. Sendo assim, "poderíamos dizer que a tarefa da democracia é transformar antagonismo em agonismo" (Mouffe, 2015, p. 19).

Podemos nos questionar, contudo, o que de fato estaria sendo disputado no campo dos debates e deliberações agonísticas? De acordo com Mouffe (2015), a ordem hegemônica. Por "hegemonia" pode-se compreender

> um tipo de relação política caracterizada pela convergência entre objetividade e poder, isto é, pela sedimentação de um discurso particular como um discurso universal que visa a invisibilizar a fronteira política que lhe é inerente, apagando os vestígios de sua contingencialidade. (Costa & Prado, 2017, p. 3)

Tal análise aponta a importância do dissenso como forma possível de se disputar, dentro de um horizonte radicalmente inclusivo e participativo, os modos de nomeação através de articulações contra-hegemônicas. Entende-se, assim, que aprender a operar a linguagem, por meio dos diversos dispositivos disponíveis dentro dos regimes de possibilidades das equipes dos CRAS, é condição fundamental à psicologia estético-política que trabalha com grupos e coletivos em contextos comunitários, principalmente, quando essas práticas se realizam em territórios de vulnerabilidade social. Afinal, "falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir" (Ribeiro, 2017, p. 64), agir e disputar.

Método

O presente trabalho compõe um recorte de uma grande investigação intitulada "Experiências Coletivas em Centros de Referência em Assistência Social" coordenada pela professora doutora Kátia Maheirie, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)." Como forma de delinear os primeiros contornos do dispositivo analítico (Orlandi, 2009), foram realizadas entrevistas coletivas, semiestruturadas e videogravadas com ao todo 51 profissionais, sendo 19 da psicologia e 32 do serviço social, de 14 CRAS da macrorregião sul do Brasil. Todas as entrevistas foram realizadas somente após a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As informações foram coletadas entre os meses de julho e setembro de 2016. Antes das entrevistas, solicitamos que as/os participantes preenchessem um questionário com dados objetivos respondendo às seguintes perguntas: (a) como e quando iniciou os trabalhos no CRAS? (b) o que pensa sobre o trabalho na PSB? (c) o profissional reside no território em que trabalha? (d) a formação acadêmica foi suficiente para sustentar a atuação no serviço? (e) quais os aspectos positivos e negativos que o profissional identifica na graduação para seu exercício profissional no CRAS? e (f) qual a perspectiva teórica que dá subsídios para a sua atuação? Além disso, a fim de garantir a não identificação das/os participantes, foram substituídos: os nomes pessoais por nomes fictícios; os nomes dos dois municípios investigados por seus respectivos Estados; e, por fim, os nomes dos territórios de abrangência por letras maiúsculas após o termo "CRAS".

Após esse período, as entrevistas foram transcritas e o *corpus* textual foi categorizado em dois eixos de análise[1] e, a partir daí, em oito categorias[2], as quais foram construídas após leituras exaustivas sobre o material produzido em um processo de dessuperficialização do material de linguagem bruto coletado (Orlandi, 2009). Tais categorias constituíram os resultados ampliados da grande pesquisa, mas, para este trabalho em específico, escolhemos nos debruçar sobre duas categorias do eixo II, "a relação da equipe entre si" e "trabalho com as comunidades e/ou ações coletivas".

As análises qualitativas se sustentam na metodologia da análise de discurso (Orlandi, 2009), a qual compreende a linguagem não como um modo de representação da realidade supostamente transparente, mas sim pela sua opacidade, ou seja, como um processo discursivo em constante produção que busca organizar o mundo sensível ao mesmo tempo em que produz campos de inteligibilidade e novas objetivações no contexto. Nesse sentido, os enunciados produzidos nas entrevistas foram analisados como modos de agir no mundo, sendo fundamental que tais produções discursivas estivessem sempre associadas aos seus macro e micro contextos, operando, portanto, como um dispositivo de análise para pensar as práticas profissionais, lógicas de pensamento, possibilidades e impedimentos (Íñiguez-Rueda, 2002).

Em uma perspectiva crítica da análise de discurso, buscamos compreender os contextos, ações e sentimentos, singulares e coletivos, entendendo-os como socialmente produzidos e em permanente confronto de sentidos.

Resultados e Discussão

Das dinâmicas internas dos CRAS: entre o consenso e os dissensos

De inserção recente e ainda muito atravessada pelos paradigmas da psicologia clínica tradicional, não é incomum que as práticas das pessoas psicólogas no campo da assistência social se pautem em supostos especialismos historicamente construídos em contextos não-comunitários e não transdisciplinares. Aponta-se, inclusive, que por transdisciplinaridade compreende-se uma série de atos entre, através e além dos campos disciplinares ou dos conjuntos de saberes, que emergem do encontro heterológico das especificidades dos conhecimentos com a complexidade das situações experienciadas (Nicolescu, 1999; Passos & Barros, 2015). Evidentemente, ao longo desta análise, não se buscou culpabilizar as pessoas psicólogas que trabalham nos equipamentos dos CRAS, afinal, justamente por ser um campo de atuação incipiente, há ainda em âmbito nacional um grande descompasso das formações em psicologia na abordagem da psicologia comunitária e suas interfaces com a assistência social.

Também sinalizada na investigação de Andrade e Romagnoli (2010), uma das formações discursivas presentes em diferentes enunciados aponta que muitas/os profissionais, ao se apresentarem às/aos usuárias/os por meio de suas respectivas formações acadêmicas, como por exemplo, "sou a/o psicóloga/o" ou "sou a/o assistente social", implicitamente acabam por reforçar certas cisões hegemônicas entre as/os técnicas/os comunitárias/os sustentadas, ainda que não intencionalmente, em supostas autoridades sobre certos territórios do saber.

Ademais, para além da singularidade de cada enunciado, outra formação discursiva também comum às/os técnicas/os comunitárias/os foi a descrição de boa parte do cotidiano profissional como organizado fundamentalmente por acolhimentos particularizados às famílias que chegam ao equipamento de proteção social básica. Certamente, escutar a singularidade das demandas das/os usuárias/os é imprescindível para um exercício profissional pautado na concretude do território, todavia, há riscos quando essa prática de atenção individual às famílias é realizada em larga escala e orientada por lógicas serializadas de atenção (Sartre, 1979), em função tanto da disparidade do contingente de pessoas que demandam o serviço em relação aos recursos humanos que compõem os CRAS como também em virtude dessas práticas comumente se sobreporem às tentativas de se realizar encontros grupais ou acolhimentos coletivos. Como aponta Sartre (1979), a serialização é um tipo de agrupamento que recebe do exterior a sua unidade, diferente, por seu turno, dos processos de coletivização que ocorrem a partir do reconhecimento (nos grupos, oficinas ou acolhimentos coletivos) de que muitos problemas que eram aparentemente de ordem individual são, na realidade, comuns a outras/os usuárias/os do serviço.

Além disso, tais lógicas serializantes também reverberam em relação à execução de trabalhos transdisciplinares que, segundo Andrade e Romagnoli (2010), deveriam compor o cotidiano dos espaços dos CRAS. Nesse sentido, seria preciso produzir campos transdisciplinares de ação através da criação de indagações que levem as equipes-território a transitar e se agenciar por múltiplas geografias, formas de atuação e modos de nomeação. Dada essa configuração movente da transdisciplinaridade da intervenção, urge que a equipe mapeie, a partir das/os usuárias/os, as principais demandas do território, bem como os modos de significação atribuídos por elas/es a esses problemas

singulares-coletivos, afinal, como aponta Maheirie (2002, p. 39), "mesmo quando coletivas, fazendo parte de um mesmo contexto situacional, as significações não podem ser estabelecidas a *priori*". Tais pressuposições discursivas devem ser evitadas justamente para que não se corra os riscos de tanto a equipe sobrepor seus significantes ao território, embrutecendo a intervenção, como também para que não se perca a dimensão participativa e coletiva do processo de se produzir discursos e ações contra-hegemônicos.

Nesse sentido, a proposta transdisciplinar não busca abafar a dimensão afetiva e por vezes marcada pelo dissenso que caracteriza o convívio das equipes-território nos CRAS. Isto é, ainda que o estabelecimento de consensos quanto aos procedimentos considerados relevantes do processo de trabalho seja fundamental para a execução dos serviços nos CRAS, os atos dissensuais em uma lógica agonística de participação não devem ser deslegitimados, visto que podem produzir efeitos que complexificam as intervenções. Tampouco se aponta como solução que as equipes naturalizem os conflitos por meio de reforços identitários e/ou práticas de violência institucional. Como modos de lidar com o dissenso, duas formas distintas apareceram ao longo das entrevistas analisadas. Em uma delas, em que há uma grande divergência entre as equipes de turnos distintos sobre como deveriam ser ofertados os serviços dos CRAS, há uma cisão físico-temporal que separa as duas equipes do convívio, sendo que conversas pontuais e acordos genéricos sobre suas atividades são o modo possível, ainda que pouco efetivo, de lidar com a diferença. Essa foi, por exemplo, a estratégia da equipe de trabalho de Agostina, serializar suas estratégias de intervenção e reduzir as possibilidades de encontros das duas equipes:

> *elas* [profissionais do outro turno] *tem um outro perfil bem, bem diferente mesmo do nosso das opiniões geral, de tudo que a gente conversou aqui, vocês vão ver, mas no relacionamento da equipe é bom, assim, a gente tem as diferenças, mesmo profissionais e tal.* (Agostina, assistente social, CRAS A - Santa Catarina)

Contudo, a grande maioria dos CRAS analisados pela pesquisa apresentaram um bom relacionamento entre as equipes, as quais fundam modos de superar as diferenças, tal como propõe Mouffe (2015), a partir do estabelecimento de campos de debate e deliberação coletiva, em uma perspectiva crítica e heterológica, sobre a política, as normativas e as diretrizes que institucionalizam o espaço e os serviços dos CRAS. Isto é, a partir das regulamentações macroestruturais (política, normativas e diretrizes), as equipes tentam construir, em coletivo, o modo de se trabalhar com a singularidade das demandas que configuram o território. Nesse sentido, as/os profissionais das equipes tendem a produzir um campo agonístico de socialização do pensamento que respeita a emergência do dissenso e delibera sobre os assuntos postos em discussão. Um bom exemplo é o da equipe de Lucila, a qual realiza uma reunião semanal das/os profissionais dos dois turnos como forma de debater e deliberar sobre as questões relativas ao processo de trabalho:

> *a equipe aqui, a gente tem um ponto em comum, de entendimento da política de trabalho, acho que isso é fundamental para que as nossas diferenças, elas existem é óbvio, que bom que existe, né, se não seria uma coisa assim tão insossa, mas a gente se respeita, é aberto, o nosso trabalho é sempre dialogado, não existe nada imposto, o que vem lá de cima* [da gestão] *a gente joga aqui e "*putz*", a gente detona, a nossa posição é essa, vamos fazer isso, vamos fazer aquilo e é isso aí.* (Lucila, assistente social, CRAS B - Santa Catarina)

Ademais, problematizar a lógica na qual o espaço físico dos CRAS está configurado também se mostrou fundamental para que se ampliem as capacidades de participação, tanto das/os usuárias/os com o serviço quanto das/os profissionais da equipe entre si. Nesse sentido, o modo como se organizam os ambientes, como se estabelecem os fluxos de pessoas, como se delimita quem pode acessar o que e onde, também diz de uma construção discursiva sobre o espaço, pautada em lógicas, ora mais hierarquizantes, ora mais horizontalizantes. Por conseguinte, atos de reconfiguração do sensível, tal como sinaliza Rancière (1996), também podem se dar por meio de um processo de mistura dos modos de se nomear e dividir os lugares internos dos CRAS, antes delimitados para este, e não aquele, cargo ou pessoa. É como, por exemplo, se configura o CRAS B, onde não há sala de coordenação, onde os armários são de uso coletivo e onde a circulação de pessoas pelo equipamento, ainda que não ocorra de modo indiscriminado (visto que há salas de acolhida individual cujo sigilo e privacidade são fundamentais), acontece de forma ampliada.

Das dinâmicas externas ao CRAS: qual a potência de se produzir encontros do território consigo mesmo?

Ao longo da análise do material, uma das questões que nos chamou atenção foi a crítica que uma das profissionais do CRAS C levantou quanto às intervenções "atrás do balcão", isto é, às práticas que se reduzem às operações institucionais ligadas aos fluxos e demandas internas e cuja lógica de ação se organiza em torno da espera da chegada da/o usuária/o ao equipamento. De forma alguma há a pretensão de negar aqui a importância das atividades internas de acolhimento ou ligadas à manutenção do serviço; porém, o que se visa a apontar como problematização é o quanto essa lógica de atuação internalizada pode, por vezes, se sobrepor às práticas de territorialização e ações coletivas, as quais visam justamente a extrapolar o equipamento para poder se afetar com a comunidade

> *não é esse atendimento atrás do balcão, então, às vezes é confuso...* [até o governo anterior][3] *os nossos recursos foram bem aqui, agora, com a questão do* [governo atual]*, dos recursos serem podados principalmente da assistência social, aí se falava que agora nós da assistência social vamos trabalhar o que deve realmente trabalhar, que não vai ter recursos pra benefícios, então, agora vamos trabalhar a consciência política do cidadão, porque não vai ter recurso pra ficar distribuindo, cesta básica, vale transporte, isso não, é, então agora sim a gente vai ter que trabalhar o cidadão.* (Elis, assistente social, CRAS C - Paraná)

Dentro do contexto contemporâneo de congelamento de investimentos públicos, se escancara à psicologia nas políticas públicas a necessidade de trabalhar com grupos e coletivos nos equipamentos onde atuam, visto que, no caso do SUAS, a consolidação, expansão e complexificação do sistema depende fundamentalmente daquilo que o originou, a mobilização popular, os trabalhos de base e a articulação de categorias profissionais. Contudo, assinala-se uma ressalva ao enunciado de Elis, especificamente ao que foi chamado de "trabalhar a consciência política", posto que, com relação à "tomada de consciência", não se trataria das equipes (que supostamente sabem) levarem a consciência, em uma lógica verticalizada de intervenção, as/os usuárias/os (que supostamente não sabem), mas sim, no compromisso ético-político das equipes dos CRAS em possibilitar que a comunidade se aproprie de saberes e informações dos quais ela foi histórica e culturalmente destituída (Andrade & Romagnoli, 2010).

Para tanto, faz-se necessário que as equipes PSB desenvolvam com o território a capacidade do coletivo comunitário descobrir suas próprias necessidades e desejos, "de se organizar de forma a que ela própria construa os dispositivos necessários para a melhoria de suas vidas" (Andrade & Romagnoli, 2010, p. 614). No entanto, para que esse tipo de intervenção não seja embrutecedor e para que não se imponham os significantes da equipe sobre o território, é de suma importância que esse processo de descoberta das próprias demandas ocorra por meio da comunidade. Como sinaliza a experiência da equipe do CRAS D que, ao orientar os catadores de lata do território sobre a compra coletiva de uma prensa de alumínio, visando desta forma a aumentar suas arrecadações, percebeu:

> *não adianta a gente ir com a ideia pronta, porque o Danilo* [colega de equipe] *foi com essa ideia pronta e achando que, e aí os catadores* [de] *lá não gostaram, inclusive assim, quem conversou com o Danilo, foi chamado a atenção inclusive, porque eles não querem isso, então ele achou que ia levar uma fórmula lá, e não, a gente tem que ouvir primeiro eles...* (Vanessa, assistente social, CRAS D - Santa Catarina)

Tal constatação ecoa na fala de Hilda quando questionada se a equipe do CRAS em que trabalha realiza ações comunitárias e, se sim, de que modo essas intervenções são feitas. Isto é, quais são as estratégias e planejamentos utilizados nas práticas com grupos e coletivos. Ela responde:

> *criar então essas ações comunitárias não a partir do CRAS, mas a partir da comunidade... a gente ajudar né. E aí teve alguns critérios de planejamento, né, dessas ações... não levar nada pronto, por exemplo... "ah, vamo levar um coral lá do colégio não sei da onde, pra apresentar pra eles" não... as apresentações são da comunidade... uma estratégia pra gente identificar as potencialidades da comunidade. Então não tem uma apresentação que não seja deles... tem que ter alguém da comunidade para apresentar. E aí... articulando assim, articulando e conhecendo e coletivizando...* (Hilda, psicóloga, CRAS E - Santa Catarina)

Afinal, é por meio dessa descoberta do território consigo mesmo que se produzem uma série de efeitos potencializadores de reconhecimento, pertencimento, autogestão e criação. Nesse sentido, a importância do "a gente tem que ouvir primeiro" e do "a partir da comunidade", se dá justamente por esse processo das equipes de valorização e evidenciação daquilo que já pertence à comunidade enquanto matéria-prima para produção discursiva de articulações contra-hegemônicas. Ou seja, é pelo reconhecimento dos modos de significação singulares que configuram os territórios que se faz possível, por meio de processos estético-políticos de elaboração coletiva, a formulação de horizontes de engajamento comunitário. Como assinalam Costa e Prado (2017, p. 6), é preciso

> entendermos a construção da comunidade política a partir da disputa por sua nomeação e as demandas democráticas como as matérias-primas da dinâmica política, a expansão de discursos democráticos é uma condição para uma possível construção de lógicas de equivalência entre as demandas.

Doravante, é importante ressaltar que os CRAS investigados se inserem justamente nos territórios considerados em situação de vulnerabilidade social (MDS, 2004), isto é, nas bordas do capitalismo periférico, e, como destaca Ribeiro (2017, p. 75), "os saberes

produzidos por indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem contra discursos importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografias".

Nesse cenário altamente marcado por invisibilidades e inaudibilidades das comunidades em relação à partilha do sensível (Rancière, 2009), faz-se necessário que, primeiro, as equipes estejam atentas aos enunciados produzidos pelas/os usuárias/os que tenham a potência de evidenciar/denunciar os problemas que interpelam parte significativa da comunidade. Segundo, faz-se importante que as equipes busquem articular essas demandas equivalentes, as quais não raro aparecem serializadas para as equipes, através da produção e ampliação de campos agonísticos de participação do território na vida pública/institucional (Mouffe, 2015).

Um exemplo potente é o do CRAS E, o qual, a partir da percepção de furos na rede de acolhimento a certa parcela da população, organizou grupos temáticos a fim de pensar as demandas comuns a essas pessoas e de articular estratégias contra-hegemônicas de ação. Um exemplo de dispositivo criado foi "a rede intersetorial da pessoa com deficiência", a qual unia em um mesmo ambiente pessoas usuárias, a equipe do CRAS e profissionais representantes de diversas instituições que atendiam pessoas com deficiência. Isto é, a partir de uma (nome)ação produziu-se um campo de inteligibilidade que não estava posto no espaço sensível da comunidade. Nesse sentido, no caso do acesso aos serviços e da garantia dos direitos das pessoas com deficiência, o cenário discursivo onde se realizaram as ações ganhou contornos mais amplos e complexificados, aumentando, portanto, as possibilidades de evidenciação e superação de problemas coletivamente experienciados.

Finalmente, ao longo da análise das formações discursivas, nos chamou atenção o enunciado de Rebecca do CRAS F sobre a importância da visibilização dos fazeres artísticos do território como forma de fortalecimento dos vínculos comunitários:

> [percebeu-se que existiam] *várias pessoas que faziam seu artesanato mas que não mostravam seu artesanato, e começou aí, e ela* [feira de artes e talentos] *foi crescendo e se transformando numa ação comunitária, a gente chamando outras pessoas pra participar, pra apresentar, com palco livre... os jovens vieram, existe uma batalha do* rap *aqui na cidade né!? e tem aqui na região, e eles também vieram participar...* (Rebecca, psicóloga, CRAS F - Santa Catarina)

Dessa forma, apontam-se os fazeres promotores de coletivização a partir da comunidade, com base nas mais distintas estratégias possíveis, como vetores potentes de "processos democráticos", isto é, de rupturas com as distribuições sensíveis das formas de se organizar os lugares e as funções, por meio de um modo de subjetivação estético-político muito específico: a subjetivação política. Tal modo de subjetivação se configura "por uma série de atos, de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis num campo de experiência dado, cuja identificação portanto caminha a par com a reconfiguração do campo da experiência" (Rancière, 1996, p. 47). Ou seja, é nesse processo de subjetivação dissensual de desidentificação e identificação impossível com a partilha, que se faz ver em cena-litígio aquilo que antes estava invisível, e que se faz escutar como discurso aquilo que antes era ouvido apenas como ruído.

Considerações finais

Sim, as margens são centrais aos processos democráticos. Contudo, é importante expandir o termo "margem" a todo tipo de parcela incontada nas diferentes contingências que podem configurar as partilhas do sensível. Nesse sentido, as "margens" podem estar, em alguma instância, nos territórios em situação de vulnerabilidade social, assim como nas escolas, em movimentos sociais, nos movimentos artísticos, nas articulações de classe, entre outros. Isto é, não há *locus* específico ou sujeito privilegiado da política, ela pode estar em qualquer lugar sem necessariamente pertencer a lugar nenhum. Ademais, faz-se importante frisar ainda que a tal "centralidade" não diz respeito a um núcleo espacial-geográfico que poderia de algum modo ser identificado ou essencializado, mas sim, a um campo potencial de movimento reconfigurador nos quais os corpos-coletivos materializam processos, ora policiais, ora políticos. Portanto, dado esse espaço sensível e paradoxal nos quais se produzem os modos de subjetivação, faz-se importante que a psicologia, enquanto teoria e prática profissional, assuma o compromisso no combate ao sofrimento ético-político produzido pelas desigualdades.

Por fim, a pesquisa analisou que por mais que as atuações sejam marcadas por contradições, muitas equipes vêm, através da problematização e da transformação dos modos de se nomear e de se relacionar, reconfigurando o sensível no regime estético interno dos equipamentos. Outrossim, por meio da participação em encontros potentes com as/os usuárias/os, muitas/os profissionais da PSB vêm promovendo rupturas na partilha do sensível através da ampliação polifônica e heterológica dos enfrentamentos coletivos, criativos e comunitários às estruturalidades que configuram, a um só tempo, as violações de direitos e as condições de resistência.[4]

Notas

1 Os eixos são: (I) A relação com o Estado e a intersetorialidade; e (II) Formação, condições de trabalho e práticas profissionais.

2 Do eixo I derivaram duas categorias, são elas: (a) A relação da equipe com a gestão e com a política (PNAS); e (b) A relação da equipe com a rede intersetorial. Do eixo II derivaram seis categorias, são elas: (c) A relação da equipe entre si; (d) O olhar da equipe sobre os usuários/comunidade e território; (e) Atividade com grupos; (f) Condições, rotina e práticas de trabalho da equipe; (g) Trabalho com as comunidades e/ou ações coletivas; (h) Formação e trajetória profissional.

3 Entrevista realizada entre os meses de julho e setembro de 2016.

4 Agradecimento: as entrevistas utilizadas neste artigo foram realizadas e transcritas, além dos dois primeiros autores, pelos seguintes integrantes da equipe de pesquisa: Marcela de Andrade Gomes, Felipe Augusto Leques Tonial, Andressa Dias Arndt, Leandro Almir Aragon, Marcelo Felipe Bruniere, Tatiana Minchoni, Emília Franzosi, Luiza Moraes, Ana Hining, Bruna Corrêa e Maria Alice Echevarrieta.

Referências

Andrade, F. L. & Romagnoli, R. C. (2010). O psicólogo no CRAS: Uma Cartografia dos Territórios Subjetivos. *Psicologia Ciência e Profissão, 30*(3), 604-619.

Arndt, A. D. & Maheirie, K. (2017). A música como mediadora de encontros em um CRAS. *Pesquisas e Práticas Psicossociais, 12*(2), 439-452.

Bairros, L. (1995). Nossos Feminismos Revisitados. *Revista Estudos Feministas, 3*(2), 458.

Cordeiro, M. P. (2018). O Sistema Único de Assistência Social (SUAS): uma (breve) introdução. In M. P. Cordeiro, B. Svartman, & L. V. Souza (Orgs.), *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas* (1ª ed., pp. 63-80). São Paulo: Instituto de Psicologia.

Costa, F. A. & Prado, M. A. M. (2017). Artimanhas da hegemonia: obstáculos à radicalização da democracia no Brasil. *Psicologia & Sociedade, 29*, e152680. https://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29152680

Cruz, A. V. H., Minchoni, T., Matsumoto, A. E., & Andrade, S. S. (2017). A Ditadura que se Perpetua: Direitos Humanos e a Militarização da Questão Social. *Psicologia: Ciência e Profissão, 37*(nspe.), 239-252.

Gomes, A. H., Andrade, L., & Maheirie, K. (2017). A experiência de ser trabalhador na assistência social: imagens de vidas implicadas com o campo da desigualdade social. *Pesquisas e Práticas Psicossociais, 12*(3), 1-18.

Íñiguez-Rueda, L. (2002). Construcionismo Social e Psicologia Social. In J. B. Martins (Org.), *Temas em análise institucional e em construcionismo social* (1ª ed., pp. 127-156). São Carlos, SP: RiMa

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2020). *PNAD Contínua 2019: rendimento do 1% que ganha mais equivale a 33,7 vezes o da metade da população que ganha menos.* Brasília, DF: Autor. Recuperado de https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27594-pnad-continua-2019-rendimento-do-1-que-ganha-mais-equivale-a-33-7-vezes-o-da-metade-da-populacao-que-ganha-menos

Macêdo, O. J. V., Alberto, M. F. P., Santos, D. P., Souza, G. P., & Oliveira, V. S. (2015). Ações do Profissional de Psicologia no Centro de Referência da Assistência Social. *Psicologia: Ciência e Profissão, 35*(3), 809-823.

Maheirie, K. (2002). Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. *Interações, 7*(13), 31-44.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. (2004). *Política Nacional de Assistência Social (PNAS).* Brasília, DF: Autor. Recuperado de https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf

Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. (2020). *Censo SUAS - 2019.* Brasília, DF: Autor. Recuperado de http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php

Mouffe, C. (2015). *Sobre o político* (1ª ed.). São Paulo: WMF Martins Fontes.

Nicolescu, B. (1999). *O manifesto da transdisciplinaridade.* São Paulo: Triom.

Oliveira, I. F. (2017). A assistência social em tempos de capital barbárie. In E. F. Rasera, M. S. Pereira, & D. Galindo (Orgs.), *Democracia participativa, Estado e laicidade:* Psicologia Social e enfrentamentos em tempos de exceção (pp. 98-107). Porto Alegre: ABRAPSO.

Orlandi, E. L. P. (2009). *Análise de Discurso:* princípios & procedimentos (8ª ed.). Campinas, SP: Pontes.

Passos, E. & Barros, R. B. (2015). Pista1: A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In E. Passos, V. Kastrup, & L. Escóssia. (Orgs.), *Pistas do método da cartografia:* pesquisa-intervenção e produção de subjetividade (pp. 17-31). Porto Alegre: Sulina.

Rancière, J. (1996). *O desentendimento - política e filosofia* (1ª ed.) São Paulo: Editora 34.

Rancière, J. (2009). *A partilha do sensível: estética e política* (2ª ed.). São Paulo: Editora 34.

Rancière, J. (2014a). *O ódio à democracia* (1a ed.). São Paulo: Boitempo.

Rancière, J. (2014b). *Nas margens do político* (1a ed.) Lisboa: KKYM.

Rancière, J. (2015). *O mestre ignorante:* cinco lições sobre emancipação intelectual (3a ed.). Belo Horizonte: Autêntica. Original publicado em 1987.

Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* (1a ed.). Belo Horizonte: Letramento: Justificando.

Sartre, J. P. (1979). *Crítica de la razón dialéctica*. Buenos Aires: Editorial Losada.

Sawaia, B. B. (1999). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In *As artimanhas da exclusão:* análise psicossocial e ética da desigualdade social (2ª ed., pp. 97-118). Petrópolis, RJ: Vozes.

Sawaia, B. B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, *21*(3), 364-372.

Schucman, L. V. (2014). Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade*, *26*(1), 83-94.

Soares, R. L. & Liesenberg, C. (2007). Figurações simbólicas da pobreza: transposições de estigmas sociais em filmes brasileiros. *Líbero*, 19, 41-50.

Yamamoto, O. H. & Oliveira, I. F. (2010). Política social e psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *26*(nspe), 9-24.

KÁTIA MAHEIRIE

https://orcid.org/0000-0001-5226-0734

Mestrado e doutorado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Estágio pós doutoral em Educação na UNICAMP e em Psicologia Social na Universitat Autónoma de Barcelona (ES) e na PUC/SP. É professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina, no Departamento e no Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGP). É pesquisadora Produtividade do CNPq, atuando no Núcleo de Pesquisa em Práticas Sociais, Estética e Política.

Endereço: UFSC, Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Campus Universitário Trindade - Florianópolis – SC - CEP: 88040-500"

E-mail: maheirie@gmail.com

PAULO RICARDO DE ARAÚJO MIRANDA

https://orcid.org/0000-0001-9183-4948

Graduando em Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

E-mail: pramiranda95@gmail.com

BADER BURIHAN SAWAIA

https://orcid.org/0000-0003-4490-0855

Professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Possui mestrado e doutorado em Psicologia (Psicologia Social) pela PUCSP. Atualmente é coordenadora do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da PUC-SP, coordenadora do GT/CNPq Afetividade e a dialética exclusão/inclusão, do - Núcleo de pesquisas psicossociais da dialética exclusão/inclusão da PUCSP (NEXIN) e membro do GT/ANPEPP A Psicologia Sócio-Histórica e o contexto brasileiro de desigualdade social, o qual fundou.

E-mail: bsawaia13@gmail.com

LUPICINIO IÑIGUEZ-RUEDA

https://orcid.org/0000-0002-1936-9428

Doutor em Filosofia e Letras (Psicologia) pela U.A.B. (1986). Professor de Psicologia Social (2003) no Departamento de Psicologia Social (UAB). Membro do Grupo de Estudos de Ciência e Tecnologia de Barcelona (STS-b) e do Grupo de Pesquisa em Metodologias Qualitativas (GIMC). Coordenador do Programa de Doutorado em Psicologia Social (UAB) de 1995 a 2007. Teve uma contribuição significativa para a formação e consolidação do que passou a ser chamado de "Psicologia Social Crítica".

E-mail: lupicinio.iniguez@uab.cat

Histórico	**Submissão:** 06/01/2020 **Revisão:** 16/08/2020 **Aceite:** 16/09/2020
Contribuição dos autores	**Concepção:** K.M. **Coleta de dados:** K.M.; P.R.A.M. **Análise de dados:** P.R.A.M.; K.M. **Elaboração do manuscrito:** P.R.A.M.; K.M. **Revisões críticas de conteúdo intelectual importante:** K.M.; B.B.S.; L.I.R. **Aprovação final do manuscrito:** K.M.; P.R.A.M.; B.B.S.; L.I.R.
Aprovação, ética e consentimento	Pesquisa submetida e aprovada na Plataforma Brasil, pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Catarina, sob o n. 90168318.9.0000.0121.
Financiamento	Agradecemos ao CNPq pelo financiamento da pesquisa 471250/2014-7, por meio do Apoio a Projetos de Pesquisa / CHAMADA MCTI/CNPQ/MEC/CAPES Nº 22/2014 - CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E SOCIAIS APLICADAS. Ainda, destacamos o apoio do CNPq, mediante a bolsa PQ para o desenvolvimento da pesquisa pela primeira autora desse artigo.